

Demonstrações Financeiras

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório do Auditor Independente

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros do

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Alexandre Aléo
Contador CRC-1SP171687/O-0

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.579	10.185
Recursos vinculados a projetos	5	30.406	30.921
Créditos a receber	6	5.491	4.400
Estoques	7	3.401	2.600
Outros créditos		792	653
Total do ativo circulante		52.669	48.759
Não circulante			
Depósitos judiciais		127	149
Imobilizado	8	66.959	63.480
Total do ativo não circulante		67.086	63.629
Total do ativo		119.755	112.388

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		3.284	2.869
Salários e encargos sociais	9	7.953	6.697
Obrigações fiscais a recolher		1.231	1.052
Subvenção e convênios	11	32.239	32.663
Outras obrigações		531	404
Total do passivo circulante		45.238	43.685
Não circulante			
Provisões para contingências	10	167	596
Subvenção e convênios	11	23.929	20.780
Total do passivo não circulante		24.096	21.376
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	47.327	44.913
Superávit do exercício		3.094	2.414
Total do patrimônio líquido		50.421	47.327
Total do passivo e patrimônio líquido		119.755	112.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receitas com serviços prestados	14	29.815	24.150
Custos hospitalares	15	(75.145)	(65.894)
(Déficit) bruto		(45.330)	(41.744)
Despesas administrativas	16	(9.604)	(8.799)
Outras receitas líquidas	17	57.848	52.479
Superávit operacional		2.914	1.936
Receitas financeiras, líquidas	18	180	478
Superávit do exercício		3.094	2.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Superávit do exercício	3.094	2.414
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>3.094</u>	<u>2.414</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit	Total do patrimônio social
Saldos em 1º de janeiro de 2015	40.599	4.314	44.913
Transferência do resultado do exercício anterior para patrimônio social	4.314	(4.314)	-
Superávit do exercício	-	2.414	2.414
Saldos em 31 de dezembro de 2015	44.913	2.414	47.327
Transferência do resultado do exercício anterior para patrimônio social	2.414	(2.414)	-
Superávit do exercício	-	3.094	3.094
Saldos em 31 de dezembro de 2016	47.327	3.094	50.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	3.094	2.414
Ajuste por:		
Depreciação	4.939	4.374
Apropriação da receita diferida	(1.599)	(1.353)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	125	152
Recebimento de Doações do Imobilizado	(337)	-
Provisão de glosas líquidas e perdas	571	1.227
Provisão de Participação do Resultado	739	-
(Reversão) provisão para contingências trabalhistas	(428)	(241)
	7.104	6.570
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a projetos	515	(7.643)
Créditos a receber	(1.662)	(1.039)
Estoques	(801)	121
Outros créditos	(140)	205
Depósitos judiciais	22	(57)
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	415	(1.353)
Salários e encargos sociais	517	874
Obrigações fiscais a recolher	179	182
Outras obrigações	127	111
Subvenção e convênios	4.324	9.965
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.600	7.939
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(8.206)	(7.166)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.206)	(7.166)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	2.394	773
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10.185	9.412
No fim do exercício	12.579	10.185
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	2.394	773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (“GRAACC” ou “Entidade”) foi constituído em 4 de novembro de 1991, como uma Entidade de interesse social, sob a forma de Associação Civil de direito privado, de caráter assistencial, beneficente, filantrópico, educacional e cultural, sem fins econômicos. O principal objetivo da Entidade é prestar assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer, dando o necessário apoio às suas famílias, sem qualquer distinção quanto a sexo, raça, cor, religião ou condição econômica ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos, o GRAACC desdobra suas atividades em vários setores no campo da assistência médica, do ensino e da pesquisa. Para tanto, utiliza instalações hospitalares, ambulatoriais ou outras, próprias ou de terceiros. A principal instalação da Entidade é o imóvel hospitalar denominado Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP), de sua propriedade, situado na Rua Botucatu, 743, São Paulo - SP, inaugurado em maio de 1998.

Os recursos são obtidos por meio de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde - SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas. O GRAACC também arrecada fundos por meio da realização de eventos.

O GRAACC, por ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Estadual Nº 50.679 de 31 de março de 2006
- Título de Utilidade Pública Municipal no 36.776, de 16 de março de 1997.
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 528/2011
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social Nº 25000.204418/2011-86/MS.
- CMDA - Conselho Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente no 1083/04

Em 2007, o GRAACC inaugurou uma Casa de Apoio para hospedar crianças e adolescentes em tratamento no Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP) e seus acompanhantes. O GRAACC firmou acordo com o Instituto Ronald McDonald para viabilização da assistência às crianças e aos adolescentes em tratamento de câncer, que tem sido renovado anualmente.

Para tanto, e a fim de atender ao referido acordo à área de atuação da Casa de Apoio, a diretoria do GRAACC promoveu a constituição, em 30 de agosto de 2006, de uma nova associação, denominada Associação Casa da Família, cujo objetivo exclusivo será a administração da Casa de Apoio.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal e Administração em 7 de abril de 2017.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Créditos a receber - provisão de glosas
- Nota 8 - Imobilizado - revisão da vida útil e recuperação de imobilizado
- Nota 10 - Provisão para contingências - provisões para demandas judiciais

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento, resgatáveis a qualquer momento.

Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros não derivativos que a Entidade possui são: fornecedores e outras obrigações.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Créditos a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e é composto basicamente por valores em aberto junto a convênios e ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

d) Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciado pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	25 anos
Máquinas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instrumentos e aparelhos médicos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de informática	5 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20 anos

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Entidade assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade.

f) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*--Continuação

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado--Continuação

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, exceto os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável no período corrente e comparativo.

g) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Receitas--Continuação

i) *Doações*

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

ii) *Subvenção e assistência governamentais*

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e o GRAACC, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

iii) *Serviços*

Os serviços hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecido de acordo com o regime de competência.

Os serviços hospitalares que se encontram em curso e não podem ser finalizados até o encerramento das demonstrações financeiras são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data do encerramento das demonstrações financeiras.

iv) *Receitas com trabalhos voluntários*

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade registrou o montante de R\$1.570 (R\$984 em 2015) de receitas com voluntários.

Diretoria estatutária	Coordenação geral	Coordenação	Sub coordenação	Operação	Total
R\$302	R\$308	R\$168	R\$126	R\$666	R\$1.570

v) *Receitas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa - fundo fixo	5	5
Banco conta movimento	108	115
Aplicações financeiras	12.466	10.065
	<u>12.579</u>	<u>10.185</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDIs"), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

5. Recursos vinculados a projetos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Banco conta movimento	2.014	648
Aplicações financeiras	28.392	30.273
	<u>30.406</u>	<u>30.921</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDIs"), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente em projetos incentivados.

6. Créditos a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
SUS	1.707	1.639
Convênios/particulares	6.278	5.249
	<u>7.985</u>	<u>6.888</u>
Provisão de glosas	<u>(2.494)</u>	<u>(2.488)</u>
	<u>5.491</u>	<u>4.400</u>

A exposição da Entidade a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à créditos a receber e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 13.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6. Créditos a receber--Continuação

A movimentação do saldo de provisão para glosas:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.488)
Adições	(1.038)
Baixa	1.032
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.494)</u>

7. Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Materiais hospitalares	1.718	1.343
Medicamentos	1.683	1.257
	<u>3.401</u>	<u>2.600</u>

8. Imobilizado

Movimentação do custo 31/12/2015 a 31/12/2016

	<u>2015</u>	<u>Aquisições/ doações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2016</u>
Terrenos	5.260				5.260
Edifícios e construções	35.384	11	(2)	812	36.205
Máquinas e equipamentos	17.175	1.503	(164)	1.488	20.002
Móveis e utensílios	3.396	409	(93)	197	3.909
Veículos	217	-	(137)	-	80
Instrumentos e aparelhos médicos	16.246	843		1.010	18.099
Instalações	572	94	(10)		656
Equipamento informática	2.494	383	(52)	680	3.505
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4.088				4.088
Outros	1.283	155		206	1.644
Total ativos em operação	86.115	3.398	(458)	4.393	93.448
Construção em andamento	1.465	2.445		(1.147)	2.763
Imobilizações em andamento	1.978	2.700		(3.246)	1.432
Total imobilizado	89.558	8.543	(458)	-	97.643

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Movimentação da depreciação/amortização 31/12/2015 a 31/12/2016

	2015	Depreciação	Baixas	Transferências	2016
Edifícios e construções	(6.100)	(1.434)	-	-	(7.534)
Máquinas e equipamentos	(2.703)	(1.795)	143	-	(4.355)
Móveis e utensílios	(1.200)	(301)	61	-	(1.440)
Veículos	(80)	(16)	70	-	(26)
Instrumentos aparelhos médicos	(10.185)	(882)	-	-	(11.067)
Instalações	(467)	(19)	9	-	(477)
Equipamento informática	(1.784)	(288)	50	-	(2.022)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(2.323)	(204)	-	-	(2.527)
Outros	(1.236)	-	-	-	(1.236)
Total – Depreciação	(26.078)	(4.939)	333	-	(30.684)
Imobilizado líquido	63.480	3.604	(125)	-	66.959

Movimentação do custo 31/12/2014 a 31/12/2015

	2014	Aquisições/ doações	Baixas	Transferências	2015
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	33.189	47	(38)	2.186	35.384
Máquinas e equipamentos	7.743	1.002	-	8.430	17.175
Móveis e utensílios	2.368	821	-	207	3.396
Veículos	414	-	(197)	-	217
Instrumentos e aparelhos médicos	15.034	1.215	(28)	25	16.246
Instalações	519	48	-	5	572
Equipamento informática	2.068	301	(2)	127	2.494
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4.088	-	-	-	4.088
Outros	1.246	54	(17)	-	1.286
Total ativos em operação	71.929	3.488	(279)	10.980	86.115
Construção em andamento	1.116	1.460	-	(1.111)	1.465
Imobilizações em andamento	9.629	2.218	-	(9.869)	1.978
Total imobilizado	82.674	7.166	(282)	-	89.558

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Movimentação da depreciação/amortização 31/12/2014 a 31/12/2015

	2014	Depreciação	Baixas	Transferência	2015
Edifícios e construções	(4.728)	(1.374)	2	-	(6.100)
Máquinas e equipamentos	(1.435)	(1.268)	-	-	(2.703)
Móveis e utensílios	(1.000)	(200)	-	-	(1.200)
Veículos	(167)	(37)	124	-	(80)
Instrumentos aparelhos médicos	(9.234)	(955)	3	-	(10.185)
Instalações	(445)	(22)	-	-	(467)
Equipamento informática	(1.521)	(266)	1	-	(1.784)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(2.071)	(252)	-	-	(2.323)
Outros	(1.236)	-	-	-	(1.236)
Total - Depreciação	(21.837)	(4.374)	130	-	(26.078)
Imobilizado líquido	60.837	2.792	(152)	-	63.480

9. Salários e encargos sociais

	2016	2015
Salários a pagar	3.036	2.027
INSS a pagar	201	189
FGTS a pagar	374	357
Provisão para férias e encargos	4.336	4.112
Outros	6	12
	7.953	6.697

10. Provisões para contingências

10.1. Processos em andamento com probabilidade de perda prováveis

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, de aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Provisões para contingências--Continuação

10.1. Processos em andamento com probabilidade de perda possíveis--Continuação

A movimentação das contingências é apresentada a seguir:

Trabalhista	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	677
Adições	279
Baixas	(520)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>436</u>
Adições	256
Baixas	(525)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>167</u>
Cível	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	160
Adições	-
Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>160</u>
Adições	-
Baixas	(160)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Saldo das Provisões em 31 de dezembro de 2016	<u>167</u>

A Entidade possui contingências de natureza trabalhista e cível, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível no montante de R\$1.136 (R\$3.178 em 2015) e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

11. Subvenção e convênios

	2016	2015
Subvenções e convênios (a)	30.328	31.218
Terreno (b)	4.447	4.447
Edificações e reformas (c)	7.790	7.844
Maquinas e equipamentos (c)	13.603	9.934
	<u>56.168</u>	<u>53.443</u>
Passivo circulante	32.239	32.663
Passivo não circulante	23.929	20.780

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Subvenção e convênios--Continuação

- (a) Subvenções e convênio referem-se a recursos obtidos de terceiros para a realização de objetivos de interesse comum. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é composto por:

R\$22.594 Pronon, R\$1.874 FUMCAD (Psicologia, Nutrição, Enfermagem, UTI, C Cirúrgico e Radioterapia), R\$158 FID (Fundo estadual Interesses difusos), R\$4.266 FNS (equipamentos, reformas), R\$28 da Secretaria Municipal da Saúde (infraestrutura, equipamentos e medicamentos) , Ministério da Cultura 1º projeto Conserto pela vida R\$850 e R\$558 Lei de Incentivo Corrida.

- (b) Em 2010, a Entidade recebeu em doação da Prefeitura Municipal de São Paulo um terreno no valor justo total de R\$4.447 sendo condicionada a edificação no local de instalações destinadas à prestação de assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer.
- (c) Refere-se a recursos utilizados com a aquisição de bens, os saldos são realizados em virtude da amortização dos bens adquiridos de acordo com a vida útil.

12. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do GRAAC é constituído por bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

No caso de dissolução do GRAACC, o respectivo patrimônio líquido será transferido para entidades congêneres devidamente registradas perante o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, escolhida pela totalidade dos membros de seu Conselho de Administração ou à Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/EPM.

13. Instrumentos financeiros

13.1. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.579	10.185
Recursos vinculados a projetos	5	30.406	30.921
Créditos a receber	6	5.491	4.400
		<u>48.476</u>	<u>45.506</u>

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.1. Riscos de crédito--Continuação

Créditos a receber e outros recebíveis

A exposição da Entidade a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de perdas a incorrer com créditos a receber e outros recebíveis.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos créditos a receber na data das demonstrações financeiras líquido da perda constituída era o seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	4.351	3.204
Vencidos até 30 dias	294	253
Vencidos de 31 a 90 dias	465	809
Vencidos de 90 a 180 dias	381	134
Total	<u>5.491</u>	<u>4.400</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos créditos a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1° de janeiro de 2015	(1.261)
Reversão de provisão de Glosas	511
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável reconhecido	<u>(1.738)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(2.488)</u>
Reversão de provisão de glosas	1.032
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável reconhecido	<u>(1.038)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.494)</u>

A Entidade acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável e que estão vencidas há mais de 30 dias ainda são cobráveis, com base em seu histórico de recebimento.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	12 meses ou menos
31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	3.284	3.284
Outras obrigações	531	531
	3.815	3.815
31 de dezembro de 2015 Passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	2.869	2.869
Outras obrigações	404	404
	3.273	3.273

13.3. Risco de mercado

Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da entidade era:

Instrumentos de taxa variável	2016	2015
Aplicações financeiras recursos próprios	12.466	10.065
Aplicações financeiras recursos vinculados a projeto	28.392	30.273
	40.858	40.338

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Entidade não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.3. Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A Administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI e à TR, não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

31 de dezembro de 2016	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.579	-	-	12.579	12.579
Recursos vinculados a projetos	5	30.406	-	-	30.406	30.406
Créditos a receber	6	-	5.491	-	5.491	5.491
Outros créditos		-	792	-	792	792
Fornecedores		-	-	(3.284)	(3.284)	(3.284)
Outras obrigações		-	-	(531)	(531)	(531)
		42.985	6.283	(3.815)	45.453	45.453

31 de dezembro de 2015	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.185	-	-	10.185	10.185
Recursos vinculados a projetos	5	30.921	-	-	30.921	30.921
Créditos a receber	6	-	4.400	-	4.400	4.400
Outros créditos		-	653	-	653	653
Fornecedores		-	-	(2.869)	(2.869)	(2.869)
Outras obrigações		-	-	(404)	(404)	(404)
		41.106	5.053	(3.273)	42.886	42.886

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

13.3. Risco de mercado--Continuação

Classificações contábeis e valores justos--Continuação

Hierarquia de valor justo

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados ou divulgados pelo valor justo foram mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

14. Receitas com serviços prestados

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita com serviços prestados		
Prefeitura Municipal de São Paulo	15.455	14.304
Convênios/Planos de saúde	15.176	11.373
Ensino/pesquisa/outros	223	211
Receita bruta fiscal	<u>30.854</u>	25.888
Deduções e abatimentos	(1.039)	(1.738)
Total de receita	<u>29.815</u>	<u>24.150</u>

15. Custos hospitalares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e encargos diretos e auxiliares	(37.405)	(32.209)
Medicamentos e materiais	(15.368)	(14.027)
Serviços profissionais	(10.820)	(10.452)
Custos hospitalares	(6.091)	(3.909)
Depreciação e amortização	(2.911)	(4.374)
Outros	(2.550)	(923)
	<u>(75.145)</u>	<u>(65.894)</u>

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários e encargos administrativos	(5.689)	(6.282)
Administrativas em geral	(1.254)	(2.083)
Instituto Ronald Mc	-	(879)
Outros	(2.661)	445
	<u>(9.604)</u>	<u>(8.799)</u>

17. Outras receitas líquidas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Doações de pessoas físicas e jurídicas(a)	52.365	47.511
Outros eventos (DI/Adm./Voluntariado) (b)	11.764	12.017
Evento McDia Feliz (b)	5.405	6.257
Governamentais	6.860	2.057
Doação de bens e Materiais/amortiz rec. diferidas	2.344	2.461
Outras receitas	78.738	70.303
Salários e encargos (DI/TLMKT/Voluntariado) (c)	(8.112)	(7.441)
Administrativas (DI/TLMKT/Voluntariado) (c)	(12.778)	(10.383)
Outras despesas	(20.890)	(17.824)
Outras receitas líquidas	57.848	52.479

(a) Doações

No exercício de 2016, a Entidade recebeu doações em dinheiro no valor de R\$52.365 (R\$47.511 em 2015) de diversas pessoas físicas e jurídicas.

(b) Eventos

Os recursos decorrentes do evento anual "McDia Feliz" (renda obtida com a venda do "Big Mac" na cidade de São Paulo) são repassados como doação à Entidade. Adicionalmente, com o apoio de voluntários na venda de souvenirs, bem como de padrinhos e patrocinadores desta campanha, a Entidade arrecadou no exercício de 2016 o valor líquido de R\$5.405 (R\$6.257 em 2015), de acordo com o plano de trabalho firmado entre o Instituto Ronald McDonald e o GRAACC, respeitando o critério de reconhecimento da receita conforme mencionado na Nota 3.

O GRAACC também obteve recursos líquidos no valor de R\$11.764 (R\$12.017 em 2015) por meio de outros eventos programados anualmente pela própria Entidade, bem como por iniciativa de empresas doadoras.

(c) Despesas com salários, encargos e administrativas

Despesas com pessoal e administrativa estão relacionadas aos centros de custos responsáveis pela obtenção dos recursos de doações e eventos mencionados nas notas (a) e (b) acima.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

18. Receitas financeiras, líquidas

	2016	2015
Rendimentos de aplicação financeira	496	440
Outras receitas financeiras	106	85
Receitas financeiras	602	525
Despesa com juros	(7)	(11)
Despesa com comissões e tarifas bancárias	(415)	(36)
Despesas financeiras	(422)	(47)
Receitas financeiras, líquidas	180	478

19. Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

O GRAACC é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta do pagamento da contribuição patronal incidente sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - recolhimento de 2% sobre os serviços prestados à pessoa jurídica e física (convênios e particulares); (c) Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doações (ITCMD) isenta nos termos do artigo 4o do Decreto no 46.665/02 e Resolução conjunta SF/SJDC - 1o a 5º de dezembro de 2002; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória (MP) no 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que as instituições de educação e assistência social, de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 2007 são isentas do recolhimento da COFINS o montante das receitas relativas às atividades próprias, de repasses e financeiras.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF no 247, de 2002, artigo 47, § 2o).

Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF no 247, de 2002, artigo 47, § 2o).

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

19. Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais--Continuação

As receitas financeiras de acordo com o Decreto no 5.442, de 2005, estão reduzidas à alíquota de 0% (zero) da COFINS.

Em observância ao art. 4º da Lei Federal nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, aos art.19 e 20 do Decreto federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e ao art. 24 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60% em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

	2016		2015	
	Quantidade de atendimento	%	Quantidade de atendimento	%
Atendimentos ambulatoriais SUS	161.043	95%	174.387	96%
Convênios e particulares	8.617	5%	7.867	4%
	169.660	100%	182.254	100%
Internações hospitalares SUS	10.657	86%	9.300	93%
Convênios e particulares	1.747	14%	670	7%
	12.404	100%	9.970	100%

Conforme Art. 32 da portaria 1970/2011, o mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia, e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela entidade para pacientes do SUS e não SUS.

As isenções da cota patronal das contribuições previdenciárias usufruídas no exercício foi de R\$11.191 (R\$10.057 em 2015).

20. Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2016 e 2015 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Renúncia fiscal--Continuação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ISS (5% s/ prestação de serviço)	1.491	1.208
IR e CS (34% s/ superávit do exercício)	1.052	821
Pis/Cofins (0,65% / 3,0% s/ prestação de serviços)	1.088	881
	<u>3.631</u>	<u>2.910</u>

21. Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais (incêndio, explosão, danos elétricos e outros riscos diversos era composto por uma cobertura no montante de R\$105.346.

* * *